



Depoimento de Protógenes e Lacerda à CPI dos Grampos é adiado

O depoimento à CPI dos Grampos do delegado Protógenes Queiroz e de Paulo Lacerda, ex-diretor-geral da Polícia Federal e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), marcado para esta quarta-feira (1/4), foi adiado. A comissão ouvirá Protógenes na próxima quarta-feira (8/4), às 14h30, no Plenário 7. O depoimento de Lacerda está marcado para o dia 15 de abril, às 14h30, no Plenário 11 da Câmara.

O presidente da CPI, deputado Marcelo Itagiba (PMDB-RJ), informou que um dos objetivos dos parlamentares é pedir explicações a eles sobre as contradições entre os depoimentos prestados à comissão e à Polícia Federal.

“[Os delegados] mentiram perante a CPI, dizendo que as atividades desenvolvidas foram informal com quatro ou seis agentes, quando na verdade ela foi totalmente formal com agentes da Abin”, disse o deputado Marcelo Itagiba (PMDB-RJ), presidente da CPI. Este será o segundo depoimento de Protógenes e de Lacerda aos deputados.

Ao ser convocado, Protógenes voltou a dizer que vai apresentar nomes, individualizar as condutas e apontar qual o papel de cada um no “esquema criminoso montado pelo bandeiro Daniel Dantas”. Mas, para se prevenir, pediu Habeas Corpus ao Supremo Tribunal Federal para garantir que não vai ser preso se se recusar a responder alguma pergunta.

O pedido de nova convocação, feito pelos deputados Raul Jungmann (PPS-PE), Vanderlei Macris (PSDB-SP) e Nelson Pellegrino (PT-PE), aconteceu depois da publicação de reportagem da revista *Veja*, em março. A revista revelou que Protógenes criou uma rede de espionagem durante a Operação Satiagraha e que grampeou e bisbilhotou autoridades dos três poderes, advogados e jornalistas.

Depois da reportagem da revista, a CPI, que terminaria no dia 15 de março, teve seu prazo prorrogado por mais 60 dias. Os deputados decidiram, ainda, tornar públicos os documentos entregues pelo juiz Ali Mazloum, da 7ª Vara Federal Criminal de São Paulo, que preside o inquérito que apura o vazamento das informações da Operação Satiagraha. Com exceção das gravações telefônicas, o juiz já havia derrubado o sigilo desses documentos. Para o juiz, não há problema em tornar os documentos públicos. *Com informações da Agência Câmara.*

Date Created

31/03/2009